

Conselho volta a adiar decisão sobre Angra 3

Por Sônia Paes

A expectativa do setor energético de todo o país mais uma vez foi frustrada com a decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ligado diretamente à presidência da República, que se reuniu nesta terça-feira, dia 18, e adiou novamente a decisão sobre a continuidade ou paralisação das obras da usina nuclear Angra 3. A resolução para postergar o anúncio foi do ministro da Casa Civil, Rui Costa. O encontro entre os 17 ministros, que compõe o Conselho, começou às 9 horas, e terminou ainda pela manhã.

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, a favor da continuidade das obras, iniciadas na década de 80, voltou a defender sua posição, assim como fez na reunião do conselho, em dezembro do ano passado, mas salientou a necessidade de ajustar a gestão da Eletronuclear, responsável pela operação do complexo de usinas, onde fica Angra 1 e 2. O novo modelo para a estatal é feito pelo Ministério da Gestão e Inovação.

Alexandre Silveira ressaltou ainda a importância de alternativas de financiamentos para obra, com custos de pelo menos R\$ 20 bilhões. A busca de recursos está sob a incumbência dos ministérios da Fazenda e Planejamento, e não foi apresentado na reunião desta terça-feira (18). Detalhe: o valor estimado para paralisar a construção é quase o mesmo para prosseguir. Algo em torno de R\$ 21 bilhões, como mostrou estudo feito pelo BN-

Presidente da Eletronuclear diz que mantém empenho pela obra e está no aguardo da próxima reunião do CNPE

Reunião do Conselho Nacional de Política Energética não chega a consenso sobre construção de usina nuclear

DES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que foi contratado pela Eletronuclear.

Alexandre Silveira, que defendeu a conclusão da usina, disse que o governo gasta cerca de R\$ 200 milhões por ano apenas com manutenção de equipamentos já adquiridos e que é preciso ampliar a geração nuclear.

Foi além: informou que, se a obra não for adiante, os acionistas terão que fazer um aporte imediato de R\$ 14 bilhões, segundo mostra o ofício, obtido pelo Broadcast, do Grupo Estado).

O mesmo ofício aponta que a indecisão sobre Angra 3 pode acarretar "graves problemas para as empresas envolvidas e para a União, uma vez que diversas responsabilidades administrativas assumidas pelas empresas podem ser prejudicadas, bem como as suas capacidades operacionais".



Marcelo Camargo/ABr

Raul Lycurgo aposta em conclusão

O presidente da Eletronuclear, Raul Lycurgo, afirmou ao Correio Sul Fluminense, do Grupo Correio da Manhã, que a estatal segue totalmente empenhada em viabilizar a conclusão de Angra 3.

-Estamos aguardando a próxima reunião do CNPE, mas isso não significa que estamos parados. Pelo contrário, continuamos trabalhando com dedicação para avançar nesse projeto estratégico para o Brasil. Não vamos esmorecer, porque sabemos da importância de Angra 3 para a segurança energética do país e para a transição rumo a uma matriz mais limpa e sustentável - disse Raul Lycurgo.

O deputado federal, Julio Lopes, presidente da Frente Parlamentar Nuclear (FPN), classifi-

cou como lamentável a decisão do CNPE. "Mais um adiamento para a retomada e conclusão das obras desse empreendimento que tem toda capacidade de fornecer energia limpa, segura e de ponta. A nossa matriz energética pede por mais energia nuclear e isso passa pela conclusão das obras de Angra 3. Espero, sinceramente, que medidas sejam tomadas para podermos andar com esse projeto. Não é possível continuarmos com essa obra parada já tendo tido bilhões de reais gastos do dinheiro do contribuinte", disse Julio Lopes.

Mobilização pela obra

Na segunda-feira, dia 17, o presidente Lula esteve em Angra dos Reis, na Costa Verde, Estado do Rio, e recebeu uma carta assinada por diversas entidades e especialistas destacando os be-

nefícios do Programa Nuclear Brasileiro para a população. Lula anunciou em Angra investimentos para a indústria naval.

Estudo do BNDES e tarifa

O estudo feito pelo BNDES estimou a tarifa em R\$ 653,31 por megawatt-hora (MWh). Esse valor é similar à tarifa de referência definida pelo CNPE em 2018 (R\$ 480,00, em valores da época, que atualmente correspondem a R\$ 639,00). O custo para finalizar a construção de Angra 3 foi avaliado em torno de R\$ 23 bilhões.

O relatório aponta que cerca de R\$ 800 milhões em equipamentos de Angra 3 foram usados por Angra 2. Além disso, entre R\$ 500 milhões a R\$ 600 milhões em combustível nuclear, comprados para Angra 3, foram para Angra 2.

Plano do governo em ampliar poder de voto na Eletrobras também é adiado

André Borges - Folhapress

O plano do governo de buscar uma forma de ampliar o poder de voto da União dentro do conselho da Eletrobras, estatal que foi privatizada em junho de 2022, também foi adiado.

O assunto foi tratado na noite de segunda-feira (17) entre integrantes da AGU (Advocacia-Geral da União) e dos ministérios de Minas e Energia, Gestão e Inovação e Fazenda. Havia a expectativa de que uma proposta final sobre o assunto fosse encaminhada ao STF (Supremo Tribunal Federal), mas o prazo dado pela Corte foi ampliado até 6 de março.

Nesta terça-feira (18), o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) disse que deixou clara a sua posição sobre o assunto, mas que o tema deve ser tratado somente em uma próxima reunião com data a ser definida. A entrega de uma proposta definitiva ao STF deve ocorrer nos próximos dias.

Mais poder de voto

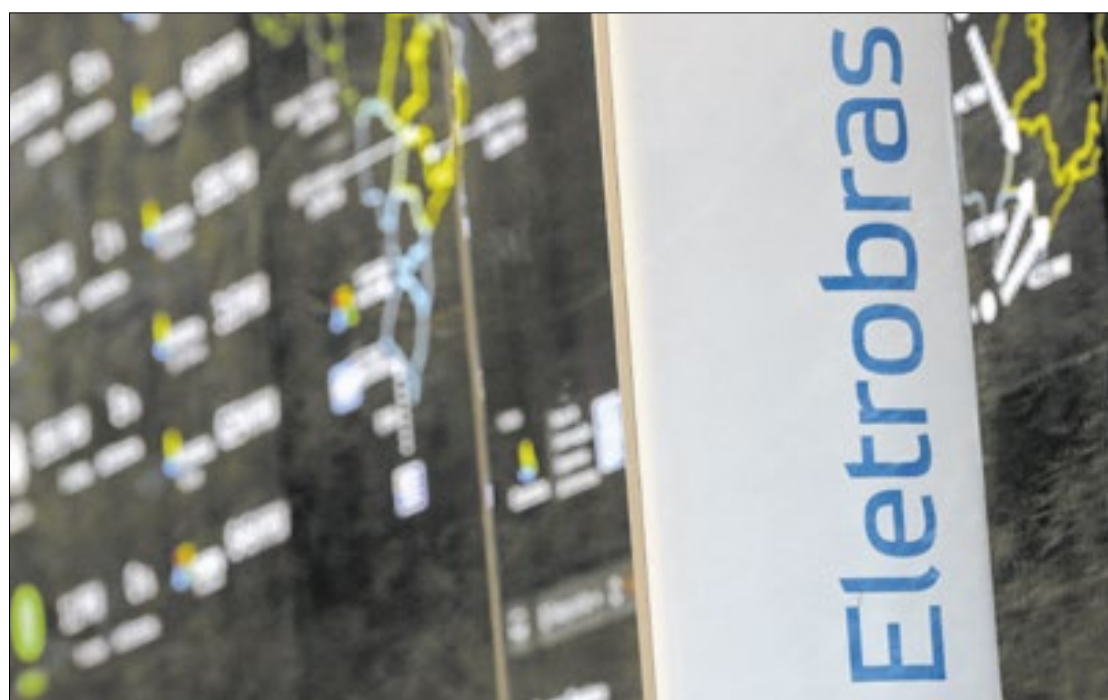
O governo busca, desde 2023, alguma forma de ampliar sua influência no conselho da Eletrobras. Em dezembro de 2024, o ministro Kassio Nunes Marques atendeu a um pedido da AGU e da Eletrobras, concedendo um prazo adicional de 60 dias para a elaboração de um termo de conciliação. Esse prazo acabaria nesta terça (18), mas foi ampliado devido aos dias de recesso do fim de ano.

"Eu sou e serei sempre um grande crítico ao modelo de privatização e de capitalização que foi implementado no governo anterior. Deram de graça um grande patrimônio de brasileiros



Divulgação/Eletronuclear

Eletronuclear faz parte da composição acionária da Eletronuclear responsável por usinas nucleares



Fernando Frazão/ABr

Governo Federal quer aumentar poder de voto dentro do Conselho da Eletrobras

e brasileiras para o setor privado. Porém, esse é o status quo que nós encontramos", disse Silveira, acrescentando que o assunto deve ser debatido.

"Mesmo indignados com o que foi feito, a gente entende que tem que avançar, porque já foi feito. Foi aprovado pelo Congresso Nacional, virou lei e, contra a lei, não há salvação. Eu defendo que aconteça, sou um voto na mesa para que a gente avance. Tenho muita confiança que vai acontecer", comentou.

Críticas contra privatização

Desde a sua campanha eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem criticado a privatização da Eletrobras e busca formas de reverter ou modificar aspectos do processo, para tentar garantir maior controle governamental na empresa.

Hoje, o governo federal detém cerca de 43% das ações da Eletrobras, mas seu poder de voto é limitado a 10%, mesmo possuindo a maior participação individual. Esse limite foi imposto como parte do modelo de privatização.

Na avaliação do governo federal, essa limitação é desproporcional e causa prejuízo ao interesse público, porque impede a União de exercer influência correspondente ao seu investimento na companhia. Por isso, o governo tenta revogar ou modificar essa regra por meio de ações no STF, além de negociações diretas com a empresa. A Advocacia-Geral da União, que representa o governo federal, entrou com um pedido para reverter essa limitação.